



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

CADERNO DE ENCARGOS

Capítulo I Disposições gerais

Cláusula 1.ª Objecto

O presente Caderno de Encargos (CE) compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objecto principal garantir o fornecimento diverso de material de limpeza ao Município de Porto Moniz de acordo com as especificações do presente Caderno de Encargos e os seguintes lotes:

- **Lote 1** – Material de Limpeza
- **Lote 2** – Desinfectantes
- **Lote 3** – Detergentes
- **Lote 4** – Insecticidas
- **Lote 5** – Papel
- **Lote 6** – Sacos
- **Lote 7** – Luvas
- **Lote 8** – Hipoclorito de Sódio

Cláusula 2.ª Preço base

O preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objecto, sendo que no presente procedimento corresponde a **18.840,00€** (oito mil seiscientos e sessenta euros), que resulta do somatório do preço base máximo estimado de cada lote, infra indicados:

- **Lote 1** – Fornecimento de Material de Limpeza – 1800,00 EUR
- **Lote 2** – Fornecimento de Desinfectantes – 1400,00 EUR
- **Lote 3** – Fornecimento de Detergentes – 1650,00 EUR
- **Lote 4** – Fornecimento de Insecticidas – 150,00 EUR
- **Lote 5** – Fornecimento de Papel – 4.500,00 EUR
- **Lote 6** – Fornecimento de Sacos e Contentores de Lixo – 3600,00 EUR
- **Lote 7** – Fornecimento de Luvas – 340,00 EUR
- **Lote 8** – Fornecimento de Hipoclorito de Sódio – 5.400,00 EUR



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

Cláusula 3.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª

Prazo

O contrato mantém-se em vigor até 31 de Dezembro de 2014, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do fornecedor

Subsecção I

Disposições gerais



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do fornecedor

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor dos bens a seguinte obrigação principal, a qual deverá ser sempre adequada à aplicação a que se destina:

- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na proposta.

Cláusula 6.ª

Conformidade e operacionalidade do bem

1. O fornecedor obriga-se a entregar à entidade adjudicante os bens objecto do contrato com as quantidades e características previstas no **Anexo I** do presente Caderno de Encargos.
2. Os bens objecto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de ser utilizado para o fim a que se destina e dotado de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspectos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. O fornecedor é responsável perante o Município de Porto Moniz, por qualquer desconformidade dos bens objecto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 7.ª

Entrega do bem objecto do contrato

1. Os bens objecto do contrato, para cada lote, devem ser entregues na totalidade, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após solicitação da entidade adjudicante, por fax e/ou correio electrónico, no Armazém Municipal, no Sítio das Portas da Vila, freguesia do Porto Moniz.
2. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega do bem objecto do contrato, todos os documentos, redigidos em língua portuguesa, espanhola ou inglesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização.
3. Com a entrega dos bens objecto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

4. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objecto do contrato e respectivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 8.ª

Inspecção

Efectuada a entrega dos bens objecto do contrato, o Município de Porto Moniz, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, à inspecção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respectivamente, se os mesmos correspondem às quantidades e qualidades estabelecidas no Convite e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

Cláusula 9.ª

Defeitos ou discrepâncias

1. No caso da inspecção prevista no número anterior não comprovar a total conformidade dos bens objecto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o Município de Porto Moniz, deve disso informar por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a inspecção, o fornecedor.
2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo o Município de Porto Moniz, no máximo de (30) trinta dias, às substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respectivo, o Município de Porto Moniz, procede à realização de nova inspecção, nos termos do número 1 da presente cláusula.

Cláusula 10.ª

Garantia técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspectos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objecto do contrato, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no Anexo I do presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respectiva aceitação do bem.



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

2. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a) O fornecimento de qualquer bem objecto do contrato em falta;
 - b) A substituição dos bens defeituosos ou discrepantes;
 - c) O transporte dos bens defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens em falta substituídos;
 - d) A deslocação ao local de entrega.
3. No prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data em que tenha detectado qualquer defeito ou discrepância, o Município de Porto Moniz notificará o fornecedor, para efeitos da respectiva substituição do bem.
4. A substituição prevista na presente cláusula deve ser realizada dentro de um prazo razoável fixado pelo Município de Porto Moniz, no máximo de (30) trinta dias, e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Subsecção III Dever de sigilo

Cláusula 11.ª Objecto do dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Porto Moniz, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 12.ª Prazo do dever de sigilo



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.

Cláusula 13.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Secção II

Obrigações do Município de Porto Moniz

Cláusula 14.ª

Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Porto Moniz, deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas que nos termos do contrato estejam a cargo do adjudicatário, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objecto do contrato para o respectivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 15.ª

Condições de pagamento

1. A quantia devida pelo Município de Porto Moniz, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 30 dias após a recepção pela mesma das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva.



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida, após a entrega da totalidade dos bens objecto do contrato.
3. Em caso de discordância por parte do Município de Porto Moniz, quanto aos valores indicados nas facturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 16.^a

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Porto Moniz pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, no seguinte termo:
 - a) Pelo incumprimento do prazo de entrega dos bens objecto do contrato, até 1% do valor total do contrato, por cada semana de atraso do fornecimento em causa.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Porto Moniz pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do valor do fornecimento.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objecto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respectiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Porto Moniz, tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
5. O Município de Porto Moniz, pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Porto Moniz exija uma indemnização pelo dano excedente.



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

Cláusula 17.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 18.ª

Resolução por parte do contraente público



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Porto Moniz, pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Atraso, na entrega dos bens objecto do contrato superior a 23 dias ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
 - b) Pelo cumprimento defeituoso do contrato, caso esse cumprimento não seja sanado no prazo que, para o efeito, venha a ser acordado entre as partes.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo o Município de Porto Moniz.

Capítulo IV Caução e seguros

Cláusula 19.ª Caução para garantir o cumprimento das obrigações

Não será exigida a prestação de caução, nos termos do número 2 do artigo 88.º do CCP.

Capítulo V Resolução de litígios

Cláusula 20.ª Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal da Comarca do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI Disposições finais

Cláusula 21.ª Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

Cláusula 22.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto as notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada a outra parte.

Cláusula 23.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

ANEXO I

“Aquisição de artigos de higiene e limpeza para o Município do Porto Moniz - 2014”

Lote 1 – Material de Limpeza

Vassoura Espanadora Interior	50 unidades
Vassoura Jardim Bico PVC Verde C/cabo(alta durabilidade)	12 unidades
Vassoura Espalmada PVC C/Cabo (alta durabilidade)	10 unidades
Esfregona Para Piso C/Cabo (alta durabilidade)	40 unidades
Pano do Chão 65cmX65cm	24 unidades
Pano Fibra (Multiusos)	100 unidades
Esfregão Verde S/ Esponja	100 unidades
Esfregão Verde C/ Esponja	30 unidades
Esfregão Inox	50 unidades
Cabos para Vassoura em madeira (tamanho standard)	20 unidades
Pá do Lixo com Cabo	20 unidades
Escovão de estrada c/ gancho de ferro (40cm)	5 unidades
Balde de limpeza para esfregona 10 Litros	10 unidades
Pulverizadores c/ pistola manual de 1 Litro	10 unidades
Piaçaba Sanitário	6 unidades
Dispensador de Sabão Líquido para as mãos	5 unidades
Desperdício de Algodão p/ Limpeza	20 Kg
Trapos p/ Limpeza	5 Kg
Mopa Algodão c/banda	4 unidades
- Franja de Algodão 40 cm	2 unidades
- Franja Acrílica 40 cm	2unidades
- Rodo de Nylon p/chão 60cm	1 unidade
Rodo Limpa Vidros 35cm	2 unidades



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

Lote 2 – Desinfectantes

Desinfectante Lixívia Normal (embalagens de 5 litros)	700 Litros
Desinfectante Pastilha Urinol	10 Kg
Desinfectantes Cargas para Sanita	50 Unidades
Desinfectante/Desengordurante P/Limpeza e Eliminação de Matérias Orgânicas de Equipamentos de Recolha de Lixo	60 Litros

Lote 3 – Detergentes

Detergente Multiusos com Aroma Floral (embalagens de 1 Litro)	700 litros
Detergente Creme de Limpeza WC (embalagens de 1 Litro)	30 litros
Detergente Gel Sanitário (embalagens de 1 Litro)	90 litros
Detergente para Pavimentos de Madeira (embalagens de 1 Litro)	20 litros
Detergente Industrial Bactericida para lavagem de automóveis (embalagens de 1 Litro)	40 litros
Sabão Industrial para lavagem de automóveis	65 Litros
Sabão de Loiça (embalagens de 1 Litro)	30 Litros
Sabão barra azul (embalagens de 400gr)	10 unidades
Produto de Limpeza ativa para alumínio e inox (embalagem de 5 litros)	20 Litros
Detergente Cera Líquida P/ todos os pavimentos (embalagens de 1 litros)	40 Litros
Sabão em Pó	25 Kg
Pasta de Sabão para lavagem de Mãos (Oficina) Com pó de madeira, altamente desengordurante pH 6,7 (embalagens de 10 Kg)	2 unidades



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

Lote 4 – Insecticidas

Ambientador Spray (Neutralizador de Odores)	25 unidades de 250 ml
Insecticida Spray	30 unidades de 600 ml

Lote 5 – Papel

Papel Higiénico	4080 rolos de 325 gr cada rolo
Papel Mãos Ziguezague	3600 maços medida 23X24 cm
Papel Diverso em Rolo (multiusos tipo chaminé)	150 rolos de 900 gr cada rolo
Sabão Líquido Creme de mãos pH (20°C): [5-6] Densidade relativa: 1.02 g/cm ³ Biodegradabilidade: superior a 90%.	150 litros

Lote 6 – Sacos

Sacos de Lixo Pretos de 50 L (rolo)	2000 unidades
Sacos do Lixo Pretos de 80X100 (PEBD*)	1000 Kg
Sacos do Lixo Pretos de 100X130 (PEBD*)	1000 Kg
Saco Plástico Preto 500x500 mm	10 Kg

* Polietileno de Baixa Densidade

Lote 7 – Luvas

Luva Doméstica (Tamanho "M")	60 unidades
Luva Doméstica (Tamanho "L")	60 unidades
Luva Látex (Tamanho "M")	1000 unidades
Luva Látex (Tamanho "L")	5000 unidades



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

Lote 8 – Hipoclorito de Sódio

Hipoclorito de Sódio (Cloro ativo: 12 a 15%) (embalagens de 75 kg cada) *	150

* PROPRIEDADE FÍSICAS E QUÍMICAS E FICHAS DE SEGURANÇA

Hipoclorito de Sódio – concentração (12 a 15% Cl activo)

Cheiro: Acre a lixívia.

Densidade a 20°C: >1,2

Solubilidade: Em Água (em qualquer proporção), Etanol ou Acetona.

Concentração em cloro activo: > 13%(m/m)

Alcalinidade livre: > 8 g/l de NaOH

Fornecer conjuntamente com o bem: Ficha de Segurança conforme Regulamento CE 1907/2006